



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17309 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT11 - Política da Educação Superior

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Angelo Rodrigo Bianchini - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Patrícia Rosa Santana Guzmán - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

**ACESSO E PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO: UMA ANÁLISE DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

---

## 1 INTRODUÇÃO

O campo universitário brasileiro, com o processo de democratização do seu acesso, sofreu transformações no seu interior, principalmente no que tange a composição da comunidade acadêmica e às novas forças oriundas de reivindicações de grupos sociais anteriormente excluídos do ensino superior, mas que gradativamente vem ocupando espaço nas posições desta estrutura, o que também gradativamente impulsiona novas lutas e mudanças na tomada de decisões, pois a democratização do acesso não implica necessariamente a democratização do saber universitário, esta última é também um processo permeado de lutas e conquistas.

A Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como subcampo do campo universitário brasileiro, também passou por mudanças nas suas políticas de ingresso nos cursos de graduação e, desde 2006, pela via das políticas de ações afirmativas, vêm recebendo estudantes indígenas em seus cursos.

Com o objetivo de refletir sobre a materialidade das intenções nos documentos oficiais em torno do acesso e permanência dos estudantes indígenas na UFMA, este estudo irá debater como esta universidade vem tratando o acesso e a permanência dos estudantes indígenas no âmbito de seus atos de instituição e

de seu discurso institucional, especificadamente nos dois últimos Planos de Desenvolvimento Institucional - PDIs desta universidade (2017 a 2021; 2022 a 2026). O estudo, exploratório-descritivo, teve como procedimento metodológico e instrumento de coleta de dados as técnicas de análise documental, com foco em desvelar o social instituído na materialidade dos objetos, como os documentos da instituição. Para May (2004), este instrumento de coleta de dados pode nos dizer muitas coisas sobre a maneira na qual os eventos são construídos, as justificativas empregadas, as intenções, aspirações e estruturas das decisões tomadas diariamente pelas pessoas.

Esta análise de documentos não foi feita no vazio, mas considerando-se as condições sociais de sua produção, dentro da perspectiva de campo social bourdieusiano. Sabe-se que a história no estado objetivado está acumulada nos documentos, instrumentos, costumes, tradições, ou seja, nos seus atos ou ritos de instituição que materializam objetivamente a instituição a ser como ela é, resultado das múltiplas relações estabelecidas entre os agentes no decorrer do processo de incorporação das regularidades do campo ao qual faz parte e de suas lutas simbólicas para definir suas verdades legítimas, em condições de existência específicas e pela via das posições e disposições deste campo (Bourdieu, 2021).

Dessa forma, a problemática deste estudo é justamente perceber em um documento primordial de gestão superior da UFMA, que são os PDIs, como a questão do acesso e da permanência de estudantes indígenas nesta instituição está materializada nestes documentos em termos de suas ações e direcionamentos institucionais.

## **2 PDIs DA UFMA E A PAUTA INDÍGENA**

A ampliação do acesso de povos indígenas nos cursos não específicos de ensino superior estabeleceu novas relações sociais e simbólicas dentro da universidade, gerando transformações e redirecionamentos das políticas de assistência estudantil e das ações governamentais e institucionais que garantissem a permanência desses estudantes. Isto repercutiu em novas políticas para a permanência estudantil, como foi o caso da implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, em 2007, e do Programa Bolsa Permanência em 2013, em iniciativas que visam minimizar as problemáticas de evasão e na compreensão de que a permanência dos estudantes beneficiários da política de ações afirmativas é elemento essencial para a efetividade e sucesso desta política.

Na UFMA, a política de ações afirmativas foi aprovada, em 2006, sem um programa completo, pois este seria reformulado e planejado por uma Comissão para ser votado futuramente, o que desde então não aconteceu. As iniciativas para

além do acesso, que envolvessem ações de apoio a permanência dos estudantes ingressantes pela política estão sendo realizadas em um caminho lento, apoiados em propostas nacionais de assistência estudantil e pela mobilização local de demandas estudantis, focalizadas principalmente nos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Quanto aos estudantes indígenas, ainda são poucas as iniciativas que focam exclusivamente nas especificidades de suas demandas.

É o que observamos nos principais documentos norteadores da UFMA, como nos dois últimos PDIs, objeto de análise deste estudo. O PDI é o documento que estabelece qual instituição se quer construir, a partir de objetivos, metas e estratégias para atingir os fins propostos. É um documento obrigatório imposto pelo MEC, conforme preconiza o Decreto Federal nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sendo um dos principais documentos de planejamento, desenvolvimento, avaliação e gestão do órgão, que revela suas intenções mais primordiais na execução de suas ações. É elaborado por Comitês e Comissões setoriais, além de momentos de consulta externa, consulta pública, fóruns e apreciação no Conselho Universitário da UFMA.

O método de elaboração do PDI 2022-2026 da UFMA seguiu um planejamento estratégico em várias fases e utilizou as ferramentas de análise SWOT (forças, fraquezas, ameaças e oportunidades) e o Business Model Canvas (o quê? Como? Para quem? Quanto?). As consultas públicas da minuta do PDI aconteceram pela plataforma do governo federal, ao qual é necessário *login* no SouGov para fins de visualizar/fazer as contribuições ao texto. Na prática, resultou em poucas contribuições e poucas modificações em relação a Minuta original. Esta minuta foi elaborada majoritariamente pela Comitê de Governança, Integridade e Transparência, formado por reitor, vice-reitor, pró-reitores, superintendentes, diretores e chefes de setores administrativos/judiciais da UFMA. A Comissão executiva foi constituída pelo pró-reitor de Planejamento, Gestão e Transparência, pela Diretora de Gestão, Modernização e Transparência, chefe e servidores da Divisão de Organização e Modernização. As comissões setoriais (eixos) foram formadas por servidores indicados das pró-reitorias, superintendência e setores da UFMA.

Observa-se que os principais responsáveis pela elaboração da minuta foram agentes dotados de autoridade e poder universitário, conseqüentemente pelo “poder dizer” o que é melhor para a UFMA. Nesse sentido, Bourdieu (2020) reflete sobre as relações de poder estabelecidas dentro de um campo e que os grupos dominantes dentro deste campo buscam fazer existir o que enunciam e, para isso, é necessário que os enunciadores tenham chance de que suas palavras performativas alcancem sucesso, o que acontece quando acumulam capital simbólico suficiente para que seu discurso seja autoverificado e apresentem

autoridade social e reconhecimento suficiente para que suas palavras tenham uma eficácia social. Essas palavras performativas ganharam vida em um documento como o PDI da UFMA, pois a partir dele, todos os direcionamentos e outros projetos são desenvolvidos na universidade. Considerando-se que o campo universitário brasileiro era um espaço cujos povos indígenas historicamente eram excluídos, há ainda uma relação de poder e forças assimétricas quando a pauta indígena na universidade, muitas vezes, encabeçada por iniciativas isoladas de docentes envolvidos nesta temática ou por demandas de estudantes indígenas. Na UFMA, considerando-se todo o processo de elaboração dos PDIs e a pouca representatividade indígena na própria comunidade acadêmica, observou-se poucas menções sobre esta pauta nos últimos PDIs.

Em análise dos PDIs da UFMA de 2017-2021 e 2022-2026 no que tange o acesso e às ações de apoio a permanência dos estudantes indígenas, observa-se que no PDI 2017-2021 pouco se vislumbra nesse sentido e a questão indígena surge em dois momentos. A primeira menção surge no eixo Extensão, dentro das ações voltadas para a interiorização do ensino superior, que cita como um dos seus objetivos "Participar de Programas e Pesquisas de Apoio Técnico do Governo Federal", na qual uma das estratégias seria "Desenvolver ações voltadas para a implementação de programas específicos para a população indígena, afrodescendente, do campo e quilombola e de programas de educação patrimonial", no entanto, não especifica quais serão esses programas e nem para quais níveis de ensino.

O PDI 2022-2026 já inclui mais ações propositivas para a pauta indígena. Dentro do Capítulo do Projeto Pedagógico Institucional - PPI, inclui a Política de Inclusão e Acessibilidade, na qual a UFMA se propõe a dar continuidade a um conjunto de ações que visam permitir o acesso, a permanência e a conclusão acadêmica com êxito pelos estudantes dos grupos minoritários, a partir do auxílio de diversos setores, principalmente da Diretoria de Acessibilidade-DACES e da Coordenação de Política de Ações Afirmativas com seus respectivos núcleos Pretos/Pardos e Indígenas, ambos setores vinculados a Pró-reitoria de Ensino - PROEN. No PPI, é incluído também um tópico específico sobre a Política de Ação Afirmativa e do papel assumido pela Coordenação de Políticas de Ação Afirmativa – CPAA, criada em 2019 na PROEN, para aperfeiçoar o processo seletivo visando garantir processos mais específicos a indígenas e quilombolas e aperfeiçoar as bancas de verificação das cotas.

Além disso, a Coordenação de Política de Ação Afirmativa – CPAA também visa acompanhar e assessorar práticas acadêmicas de acolhimento, apoio e permanência de estudantes cotistas e construir propostas de valorização da diversidade em parceria com o Núcleo de Estudos Afrobrasileiros - NEAB, o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e de Gênero

– NEPERGE e o Núcleo de Estudos Indígenas. Esta Coordenação comporta ainda três núcleos: Núcleo de Ações Afirmativas para Negros-Pretos e Pardos; Núcleo de Ações Afirmativas para Indígenas e Núcleo de Projeto, Educação e Diversidade Étnico-Racial e Indígenas, que tem como objetivo atuar no acompanhamento e monitoramento do acesso, permanência e percurso acadêmico dos estudantes cotistas, em suas especificidades, em parceria com a Pró-reitora de Assistência Estudantil. Entre as metas desta Coordenação para o período 2022-2026, tem-se a construção de um Programa de Ações Afirmativas de forma articulada com as demais Pró-reitorias e comunidade acadêmica, que fortaleça o ingresso e a permanência dos estudantes cotistas, submetendo-o para aprovação e consequente publicação no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE/UFMA.

Por mais que em comparação ao PDI anterior, o PDI atual tenha dado mais atenção a questão da permanência simbólica e material dos estudantes cotistas, cabe destacar que a CPAA, setor articulador das ações afirmativas na instituição, apresenta proposições futuras para o quinquênio 2022-2026 e ainda carece de um detalhamento maior de quais ações específicas de permanência dos estudantes indígenas serão incluídas no Programa de Ações Afirmativas a ser discutido, elaborado e aprovado futuramente. Porém, o fato de já sinalizar intenções formais de executar ações nesse sentido já evidencia uma preocupação em torno do assunto.

Atualmente na UFMA, as demandas de assistência ao estudante estão sendo gerenciadas principalmente pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PROAES, instituída pela Resolução CONSUN – nº193, de 12 de fevereiro de 2014, função anteriormente exercida pelo Centro de Assistência ao Estudante. Esta Pró-reitoria tem por finalidade fazer o planejamento, a coordenação, a execução e a avaliação de programas, projetos e ações de assistência ao estudante na UFMA, ampliando as condições de permanência dos estudantes e atuando em articulação com as representações estudantis e demais setores da Universidade.

Em análise dos requisitos destes programas, observa-se que as ações acabam focalizando os discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio e a manutenção de alguns destes benefícios está atrelada a um desempenho acadêmico satisfatório, sem reprovação por falta, com matrícula semestral em número de componentes que permita o término do curso dentro do período previsto, aprovação mínima de 75% dos componentes curriculares cursados no semestre anterior e demais requisitos específicos de cada edital.

Como se constata, as ações estão priorizando o critério social e os estudantes indígenas integram o público geral que pode participar caso sua renda

familiar compreenda o estabelecido pelas políticas. O único programa gerenciado pela PROAES que contempla de forma específica o público-alvo de indígenas é o Programa Bolsa Permanência/MEC, vinculado ao PNAES, que destina bolsas diferenciadas no valor de R\$1.400,00 a estudantes indígenas e quilombolas, e que ficou suspenso desde de 2020, só retomando em 2022, após reivindicações de movimentos indígenas em Brasília.

Em resumo, as ações institucionais de apoio específico ao estudante indígena na UFMA são escassas, conforme observamos no quadro abaixo:

**Quadro 01** – Ações institucionais de apoio a permanência estudantil na UFMA que contemplam de forma específica o estudante indígena

<b>AÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Bolsa Permanência/MEC (referente aos estudantes indígenas ou quilombolas) pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil	Auxílio financeiro com bolsa mensal no valor de R\$1.400,00  Ser estudante indígena ou quilombola;  Não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar  Ter assinado Termo de Compromisso;  Ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela instituição federal de ensino superior no âmbito do sistema de informação do programa.
Assessoramento para acolhimento e apoio ao acesso e permanência de estudantes cotistas indígenas pela Coordenação de Políticas de Ação Afirmativa/ Pró-reitoria de Ensino	Aperfeiçoamento do processo seletivo e da Comissão de Verificação da Autodeclaração Étnica;  Articulação com o Núcleo de Estudos Indígenas;  Prospectivas futuras de ações de apoio a permanência do estudante indígena a serem inseridas em um Programa de Ações Afirmativas da UFMA, ainda em construção.

**Fonte:** PDI 2017-2021 e PDI 2022-2026, sistematizado pelos autores

Constata-se, então, que as ações de apoio a permanência ao estudante indígena na UFMA estão em um lento caminho de construção, focadas ainda nas condições materiais da permanência, e mesmo assim em uma abrangência limitada. Pelo que se constata, as comissões apresentam pouca representatividade indígena, que é o reflexo da própria comunidade acadêmica da UFMA como um todo. As poucas menções da pauta indígena nos PDIs sinalizam as prioridades de discussão da própria comunidade acadêmica, principalmente dos grupos docentes dominantes da UFMA, que materializam a secundarização deste tema nos documentos. Compreender estes atos de consagração contribui para desvelar o

social instituído na materialidade dos objetos nos documentos da instituição, pois estes produzem efeitos a partir de suas publicações, já que os conteúdos oficiais, explicitamente expressos, integram um discurso dotado de autoridade, fazendo existir (de forma oficial) na realidade material aquilo que designam e contribuem para consagrar as divisões e classificações sociais desta realidade material (Bourdieu, 2021).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se, assim, um caminho longo ainda a ser trilhado no campo universitário, pois um programa articulado de permanência em seu sentido amplo, inclui variados aspectos e dimensões, e no caso dos estudantes indígenas, há de se estabelecer estratégias mais específicas, considerando as particularidades dos seus povos, que enfrentam dificuldades materiais já desde antes do ingresso com o deslocamento para a realização dos seletivos e após o ingresso com as condições financeiras para se manter estudando; além de dificuldades simbólicas que também iniciam antes do ingresso com provas cujo conteúdo exigido é de uma cultura dominante distante das suas e após o ingresso em um espaço marcado por violências simbólicas, que podem impactar no sentimento de pertencimento ao campo, nos vínculos sociais e afetivos estabelecidos, nas dificuldades de linguagens e comunicação, na identificação com o curso e com o próprio currículo.

Por mais que saibamos que as declarações formais de intenções são importantes e necessárias, sabemos também que não são suficientes e o caminho das intenções para as ações ainda são longos trajetos, permeados de obstáculos, muitas vezes, não enfrentados e parados no meio do caminho. As perspectivas futuras de ampliar as iniciativas de apoio a permanência aos estudantes indígenas, para além do financeiro, podem ser conquistas a serem reivindicadas e inseridas no Programa de Ações Afirmativas da UFMA prevista no último PDI, ainda a ser desenvolvido, aprovado e implementado.

### REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral, vol I: lutas de classificação**. Curso no College de France (1981-1982). Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BOURDIEU, P. **Sociologia Geral, vol II: *habitus* e campo**. Curso no College de France (1981-1982). Tradução Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

MAY, T **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**2017 a 2021.** São Luís: UFMA, 2017. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/hcpLRjdvuxHFqPD.pdf>. Acesso em 02 ago 2022.

---

Reitoria. **Plano de Desenvolvimento Institucional**  
**2022 a 2026.** São Luís: UFMA, 2022. Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/arquivo/q6rPia3tF6hFr4P.pdf>. Acesso em 14 ago 2022.